

## BOLETIM DE CONJUNTURA Nº 6

---

Edição: 17/12/2008  
Periodicidade: quadrimestral

### Introdução

O Boletim de Conjuntura chega ao fim do seu segundo ano trazendo alguns elementos para subsidiar a campanha salarial de 2009. E mais uma vez reafirmamos nosso desejo de que o boletim, junto com os outros trabalhos da subseção do DIEESE na Apeoesp, sejam uma referência para os professores na luta sindical, sem o qual não faria sentido a sua continuidade.

Seguindo a estrutura dos números anteriores, o Boletim traz uma breve análise dos principais indicadores da conjuntura econômica nacional e do

Estado de São Paulo, bem como dados conjunturais da secretaria da educação, tais como a evolução do emprego e salários do quadro do magistério paulista.

Como nos outros números terminamos com uma seção especial, desta vez com uma breve análise da proposta orçamentária do governo para área da educação em 2009. A exposição dos dados permite o conhecimento dos indicadores conjunturais em uma linguagem simples e acessível, organizada em cinco tópicos:

1. Indicadores da Conjuntura Econômica Nacional.
2. Indicadores de Contas Públicas do Estado de São Paulo.
3. Conjuntura setorial da área da educação.
4. Campanha salarial.
5. Análise da proposta orçamentária.

## 1. Indicadores da Conjuntura Econômica Nacional (PIB, Inflação, Desemprego)

A economia brasileira se caracterizou pelo baixo dinamismo durante a década de 1990 e início dos anos 2000. Dado o grau de vulnerabilidade externo, as crises em países emergentes chegavam rapidamente e traziam um forte impacto na economia doméstica. A crise mexicana de 1995 atingiu o Brasil e levou a uma rápida interrupção do crescimento do PIB, em 1996.

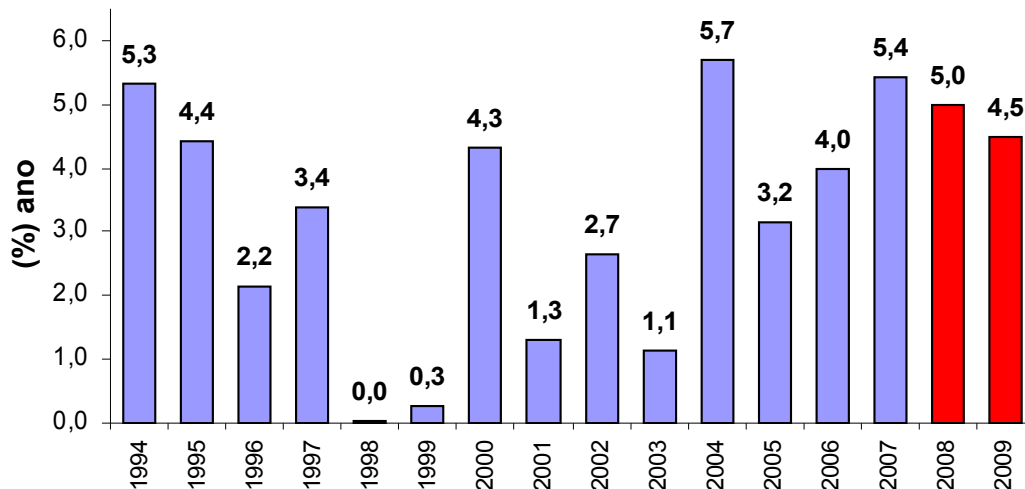
No segundo semestre de 1997 a crise asiática acarretou uma forte fuga de capitais estrangeiros do Brasil. No ano seguinte, a crise russa levou a uma onda generalizada de pânico nos mercados financeiros mundiais. O Brasil perdeu boa parte das reservas em dólares, foi obrigado a

pedir ajuda ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a elevar a taxa de juros para segurar a escalada do preço do dólar no País.

Os impactos das crises Asiática e Russa no Brasil ficam claros quando se observa o desempenho recessivo do PIB no biênio 1998/99.

A crise atual deve ter um impacto distinto e menos severo. Embora possa rever suas expectativas, o governo continua prevendo um forte aumento do PIB para 2009, condizente com o crescimento de 2008, e com os demais indicadores da chamada “Economia Real”.

**Gráfico 1**  
**Taxa de crescimento anual do PIB (%)**  
**Brasil**  
**1994-2009**



Fonte: IBGE

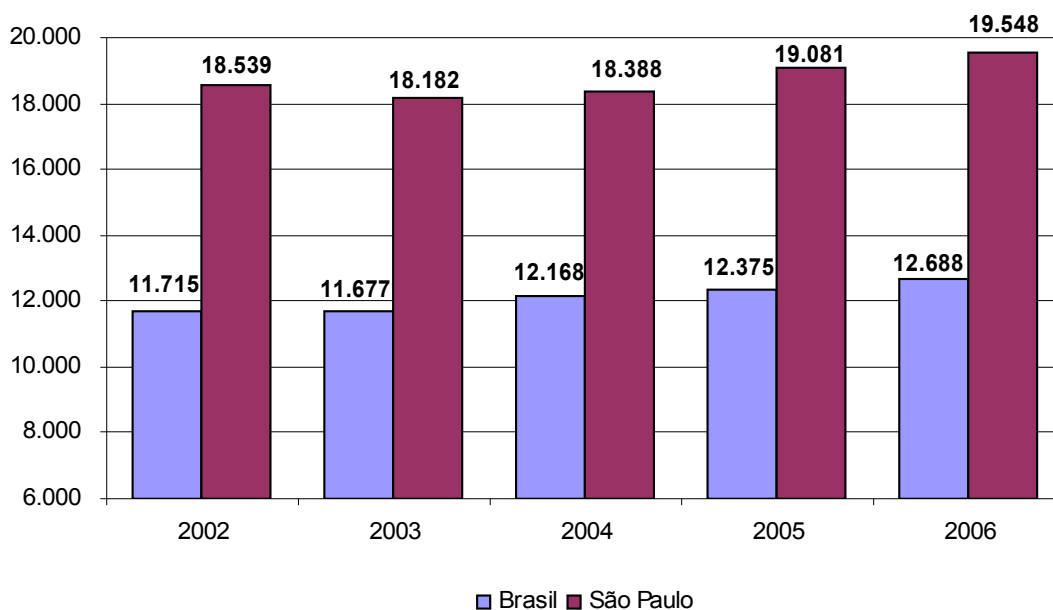
Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

Observação: Em 2008 e 2009 projeção do Governo Federal.

A partir de 2004 o PIB cresceu a taxas maiores que a população, elevando o PIB per capita. Como não poderia deixar de ser, São Paulo tem um PIB per capita maior do que a média nacional em todos os anos da

série. No entanto, o crescimento real do PIB per capita no Brasil (8,3%) foi maior que o crescimento em São Paulo (5,4%), ajudando a diminuir a diferença entre o Estado e a União.

**Gráfico 2**  
**PIB<sup>(1)</sup> per capita (R\$)**  
**Brasil e São Paulo**  
**2002-2006**



Fonte: IBGE  
Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes (1) Preços de 2006

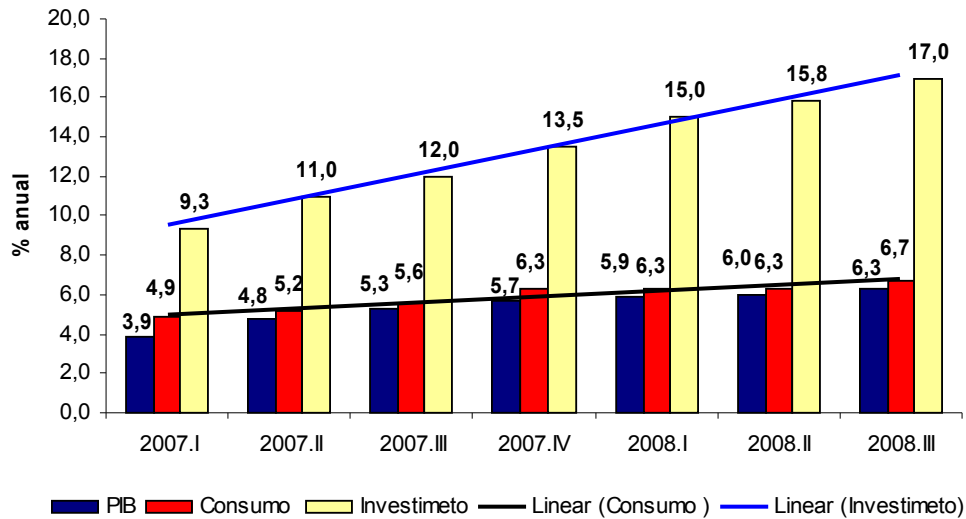
Os dados de 2008 indicam a aceleração da atividade econômica nos primeiros nove meses do ano, e um cenário de incerteza em relação ao último trimestre, motivado pela piora da crise financeira mundial.

Enquanto as taxas de investimento continuarem fortes e se mantiverem maiores que as do consumo haverá pouca chance de que o crescimento resulte em pressões inflacionárias futuras.

Pelo lado da demanda, a atividade econômica é alimentada por altas taxas de investimento (17%), acima do crescimento do produto interno bruto (6,3%), além do crescimento constante do consumo das famílias (6,7%).

Ao contrário da expectativa de muitos analistas financeiros, os dados do PIB do terceiro trimestre ainda não apontaram para desaceleração econômica.

**Gráfico 3**  
**PIB - Taxa de crescimento anual por trimestre**  
**Brasil**  
**2007-2008**



Fonte: IBGE  
 Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

O comportamento positivo da atividade econômica até o terceiro trimestre de 2008 foi puxado pelas vendas do varejo. Nem a redução drástica do crédito ao consumidor, em decorrência da crise mundial, diminuiu as vendas do comércio varejista.

O Estado de São Paulo se destaca claramente da média do país, com uma acentuação do crescimento das vendas em 2007, e se estabilizando nos 14% a partir de março de 2008.

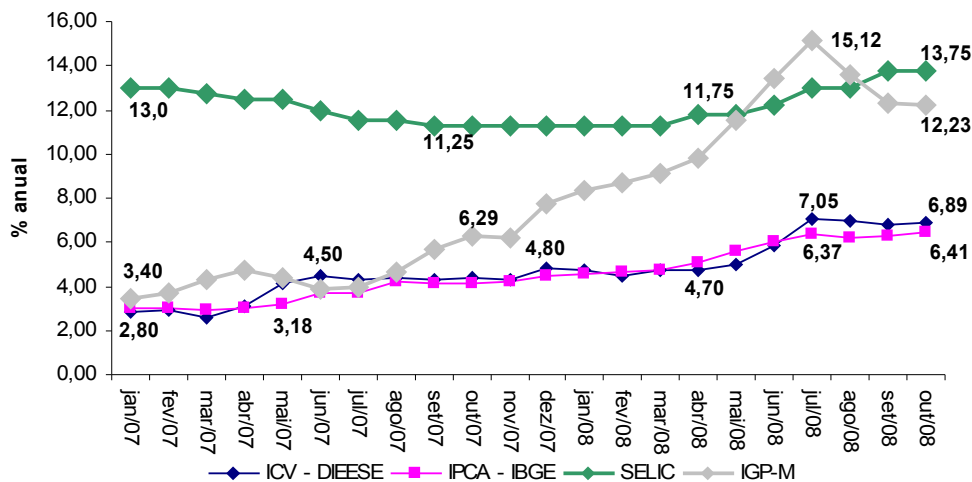
A crise, entretanto, interrompeu o rápido crescimento das vendas no

varejo. Resta saber se esta interrupção é momentânea ou mesmo se teremos uma queda inesperada nas vendas no início do ano.

As perspectivas para os últimos meses de 2008 permanecem animadoras. De um lado, as vendas nesse período sempre aumentam em virtude das festas de final de ano e do impacto do 13º salário na renda familiar.

De outro, as medidas anti-cíclicas do governo para expandir o crédito e manter o investimento estão surtindo o efeito desejado.

**Gráfico 4**  
**Índices de Inflação (ICV, IPCA e IGP-M) e Taxa de Juros básica (SELIC)**  
**Taxas Anuais - (Jan/07 Out/08)**



Fonte: IBGE, DIEESE, FGV e Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp Cepes.

O aumento da inflação anual a partir do segundo semestre de 2007 indica que o maior problema a ser enfrentado pela economia é interno e não externo.

Em junho de 2008 o ritmo de aumento dos preços se intensificou, puxado principalmente pelo grupo alimentação e combustíveis.

Entre agosto e setembro o preço dos alimentos e das matérias primas parou de subir, levando a queda da inflação acumulada em 12 meses. Este é um dos possíveis benefícios da crise externa que deve derrubar o preço dos commodities que estavam no centro da onda especulativa.

O lado ruim da crise veio por conta do aumento do preço do dólar no Brasil, que passou de R\$ 1,56 em 01 de

agosto para R\$ 2,50 em 05 de dezembro, uma alta de 60,4%.

O índice de inflação que melhor reflete os impactos da taxa de câmbio no nível geral de preços é o IGP-M da FGV. Após três anos de baixa variação, o IGP-M deve fechar 2008 acima dos 11%.

Esta elevação terá um forte impacto nos preços administrados e na inflação futura. Este é o custo da indexação dos preços da luz, telefonia, etc que o governo não foi capaz de cortar no momento de calma.

A subida do dólar tem inúmeras explicações, e uma delas é natureza das nossas dificuldades no setor externo.

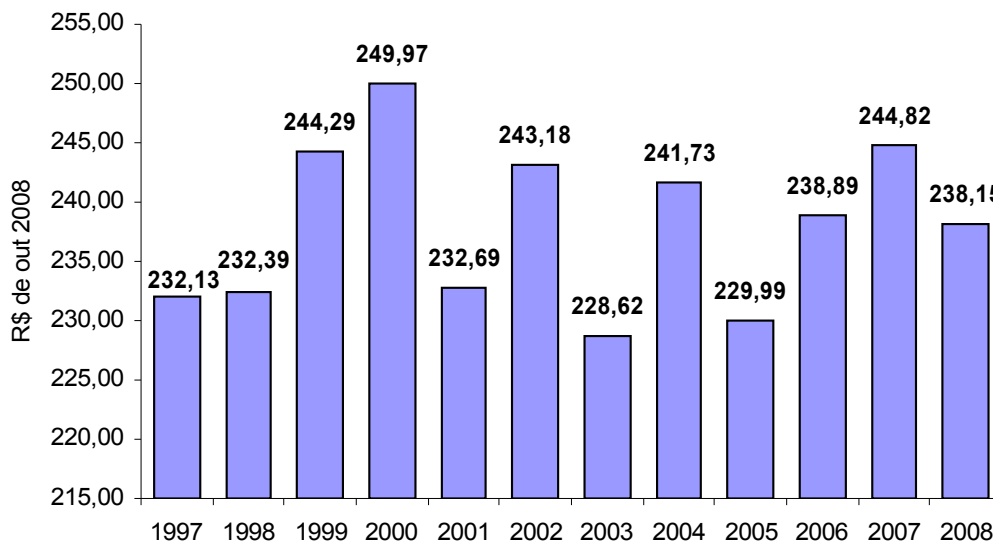
Ao contrário do que ocorreu na desvalorização de 1998, o Brasil deve fechar 2008 como um expressivo saldo positivo no Balanço Comercial, ou no comércio de bens. E a alta do dólar deve reforçar esta tendência aplacando as críticas ao câmbio valorizado que os exportadores vinham fazendo nos últimos anos.

O “novo” problema brasileiro parece ser um velho conhecido, o déficit na Conta Serviços, que reflete as transferências de lucros ao exterior, pagamento de juros da dívida, etc. O déficit na conta de serviços deverá ultrapassar os US\$ 50 bilhões no ano.

A saída recorde de dólares pode ser explicada pela crise que levou os especuladores a retirar o dinheiro aplicado no país para cobrir o rombo feito em casa. E pelas empresas multinacionais, principalmente as ex-estatais privatizadas nos anos 90, que aproveitaram o dólar barato para transferir seus lucros para as matrizes no exterior.

Uma importante fonte de defesa da crise externa pelo governo brasileiro é o nível de reservas internacionais, que esta acima dos US\$ 200 bilhões.

**Gráfico 5**  
**Valor real da Cesta Básica**  
**São Paulo**  
**out/97 a out/08**



Fonte: DIEESE  
Elaboração: DIEESE – Subseção – Apeoesp/Cepes

A tendência de aumento do nível geral de preços, em 2008 se refletiu no preço da cesta básica de São

Paulo até julho. Nos meses seguintes o preço da cesta básica diminuiu por duas vezes. Em outubro de 2008, a

cesta passou a custar R\$ 238,15 uma queda real de -2,7% em relação a outubro de 2007, quando a cesta valia R\$ 244,82 em valores reais (descontada a inflação).

A Partir de abril de 2008 o nível de ocupação na RMSP aumentou consistentemente, ajudando a reduzir a taxa de desemprego para 13,9% em junho. Em julho e agosto o mercado de trabalho Paulistano ficou relativamente estável com um pequeno aumento na taxa de desocupação.

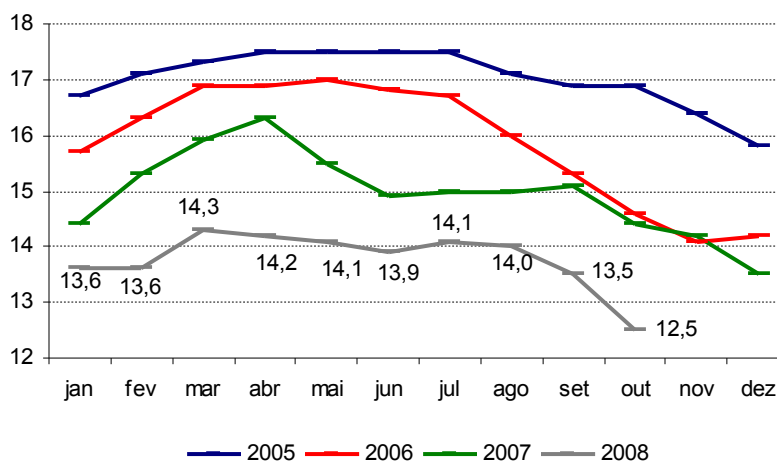
Mas a partir do mês de setembro de 2008 o nível de ocupação voltou a crescer na região, e em outubro

foram criados 137 mil postos de trabalho. A taxa de desemprego caiu neste mês para o patamar mais baixo desde o plano real, atingindo 12,5% da PEA (População Economicamente Ativa).

O gráfico abaixo deixa claro que o emprego em São Paulo está se recuperando, depois de seguidos anos de ajuste das empresas e contenção na contratação de trabalhadores.

Apesar da recuperação do mercado de trabalho, o desemprego ainda é alto, atingindo aproximadamente 1,317 milhão de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo.

**Gráfico 6**  
**Taxa de Desemprego <sup>(1)</sup> RMSP**  
**jan/05 – out/08**



Fonte: DIEESE – Pesquisa do Emprego e do Desemprego (PED)  
Elaboração: DIEESE – Subseção – Apeoesp/Cepes  
Nota: (1): Refere-se à soma do desemprego aberto e oculto, Desempregados/PEA

## 2. Indicadores de Contas Públicas do Estado de São Paulo

### 2.1 Receita: Arrecadação do ICMS em setembro.

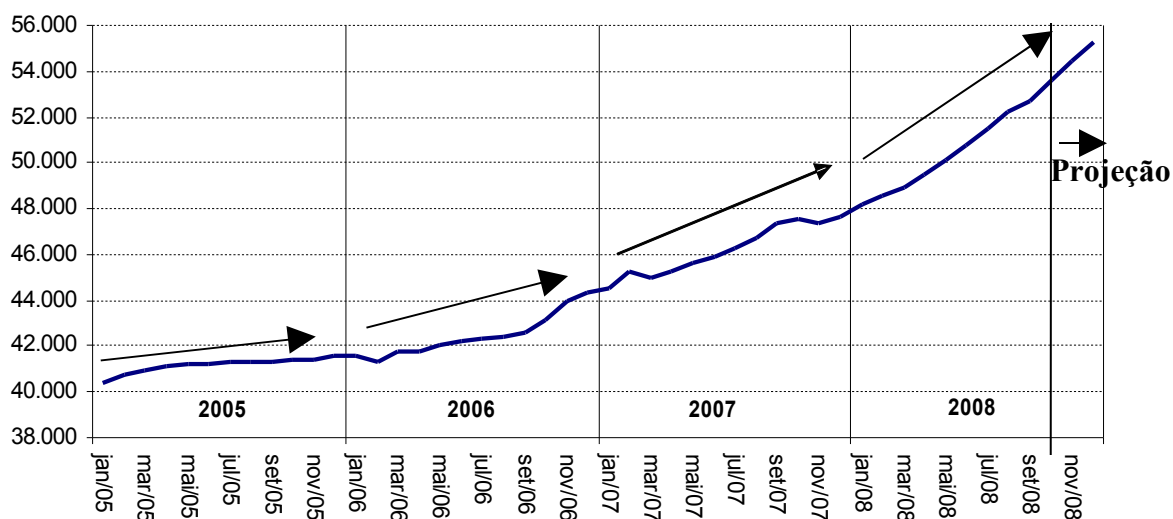
Segundo dados da Secretaria da Fazenda, em setembro de 2008, a arrecadação da quota parte do Estado referente ao Imposto sobre Circulação de Serviços (ICMS) somou R\$ 5,1 bilhões.

Nos primeiros nove meses do ano o valor arrecadado apresentou um crescimento real de 20,9% em relação ao mesmo período de 2007. A comparação entre agosto e setembro indica que mesmo com a crise a arrecadação segue aumentando.

Esses dados de arrecadação confirmam o desempenho positivo no ano de 2008, que superou a expectativa do governo paulista, e deve terminar 2008 com uma arrecadação real de R\$ 55,3 bilhões.

No gráfico abaixo, elaborado pelo DIEESE, podemos observar que a arrecadação de ICMS vem apresentando trajetória crescente, retomada desde 2006 com a volta do crescimento da economia.

**Gráfico 7**  
**Arrecadação de ICMS no Estado de São Paulo**  
**Acumulado nos últimos 12 meses**  
**2005-2008**



Fonte: Secretaria da Fazenda  
Elaboração: DIEESE - Subseção Apeoesp/Cepes  
Nota: Deflacionado com base no IPCA-IBGE  
Observação: A partir de outubro de 2008 os valores são estimados.



## 2.2 Despesa de Pessoal do Poder Executivo do Estado – Comparação quadrimestral

Os dados do 2º quadr/2008 mostram que a participação dos Gastos com Pessoal na Receita Corrente Líquida segue em queda, atingiu 39,18%, seu valor mais baixo desde que começou a ser computada. Os dados resumidos do relatório do governo entre 2001 e 2008 encontram-se no gráfico 8.

O efeito desta política é que o gasto do governo com pessoal, (39,18% da RCL) está bem abaixo do **limite**

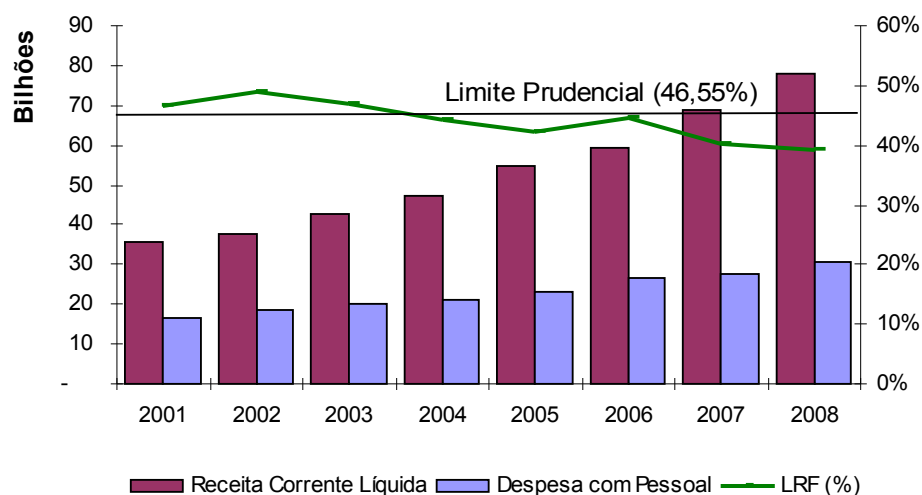
**prudencial** expresso na **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**, de **46,55% da RCL**.

Segundo a LRF o **Limite Máximo** é de **49,00%**

(art. 20), ao passo que o **Limite Prudencial** é de **46,55%** (art. 22).

Nos últimos anos a margem para aumento das despesas com pessoal aumentou na proporção do arrocho aplicado pelo governo, principalmente a partir de 2002.

**Gráfico 8**  
**Execução Orçamentária – Despesa de Pessoal e Receita Corrente Líquida**  
**Estado de São Paulo – 2001 a 2008**



Fonte: Secretária Estadual da Fazenda  
Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes  
Obs: A Receita Corrente Líquida corresponde à Receita Corrente do Estado menos transferências constitucionais, legais e contribuição dos servidores

Como foi Observado anteriormente, ainda existe um claro espaço para recuperação dessas perdas e

recuperação do poder aquisitivo do professorado paulista.

Considerando o limite prudencial de gasto com pessoal, existe um espaço para aumento de gastos com pessoal de 16,42% - já descontado o “crescimento vegetativo” da folha. O que representa cerca de R\$ 5,8 bilhões em termos monetários. Este valor, contudo, é objeto de disputa de todas as categorias dos servidores estaduais que pleiteiam aumento (Tabela 1).

A Folha de Pessoal da Secretaria da Educação representa cerca de 1/3 do total da “Despesa com Pessoal do Poder Executivo”. Para manter sua participação na folha caso também

seja concedido aumento para outras categorias até o limite prudencial imposto pela LRF, a categoria pode reivindicar uma fatia de cerca de R\$ 1,8 bilhões para recomposição salarial em 2009.

Entretanto, o Orçamento de 2009 para a Secretaria da Educação prevê um aumento na despesa de pessoal de 15,3%, em relação ao orçamento de 2008. Como veremos na análise da proposta orçamentária para o próximo ano o governo parece acenar para um quadro distinto em relação à política de gasto com pessoal.

**Tabela 1**  
**Possibilidade de aumento global da folha considerando os limites fiscais da LRF**

| Ítem  | 2008                |
|---|---------------------|
| Receita Corrente Líquida                            | 78.020.054,00       |
| Gasto com Pessoal                                   | 30.564.737,00       |
| % Comprometido                                      | 39,18%              |
| Limite Prudencial (95% Limite Máximo)               | 36.318.335,14       |
| Limite Máximo 49,0%                                 | 38.229.826,46       |
| <b>Aumento Possível (%) - Limite Prudencial</b>     | <b>18,82%</b>       |
| <b>Aumento Possível (%) - Limite Máximo</b>         | <b>25,08%</b>       |
| <b>Aumento Nominal Possível - Limite Prudencial</b> | <b>5.753.598,14</b> |
| <b>Aumento Nominal Possível - Limite Máximo</b>     | <b>7.665.089,46</b> |

Fonte e Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp

### 3. Conjuntura setorial da área da educação

#### 3.1 O desempenho do Quadro do Magistério

No mês de Outubro de 2008 o **Quadro do Magistério** registrou 242.871 profissionais, sendo 70.642 PEB I, e 150.793 PEB II. As funções de professor coordenador, professor vice-diretor, diretor de escola, supervisor de ensino e outros somam pouco mais de 21 mil cargos.

Dos 242.871 professores empregados em outubro de 2008, 45,8% (111.164) eram OFAs e 54,2%, (131.707) efetivos. No Boletim de janeiro a proporção era de 45,1% (OFAs) e 54,9% (Efetivos).

As comparações conforme categoria do Quadro do Magistério podem ser vistas na tabela 2.

**Tabela 2**  
**Número de Funcionários Ativos do Quadro do Magistério, segundo classes**  
**Rede Estadual – Outubro de 2008**

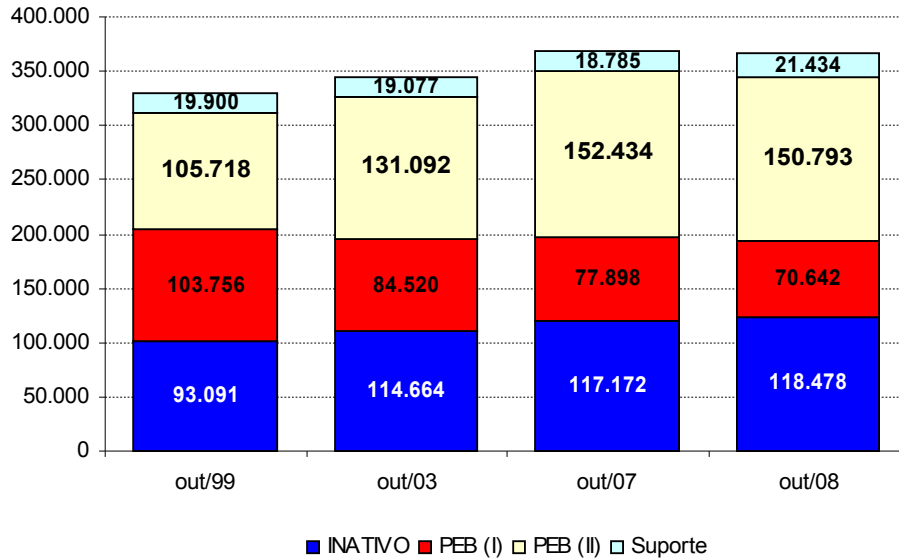
| Classe do QM           | Efetivo        |              | OFA            |              | Total          |
|------------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|
|                        | Nº             | %            | Nº             | %            | Nº             |
| Professor PEB I        | 28.948         | 41,0%        | 41.694         | 59,0%        | 70.642         |
| Professor PEB II       | 85.630         | 56,8%        | 65.163         | 43,2%        | 150.793        |
| Professor Coordenador  | 6.511          | 73,4%        | 2.362          | 26,6%        | 8.873          |
| Professor Vice-Diretor | 3.848          | 67,7%        | 1.836          | 32,3%        | 5.684          |
| Diretor de Escola      | 5.376          | -            | -              | -            | 5.376          |
| Supervisor de Ensino   | 1.267          | -            | -              | -            | 1.267          |
| Outros                 | 127            | 53,8%        | 109            | 46,2%        | 236            |
| <b>Total</b>           | <b>131.707</b> | <b>54,2%</b> | <b>111.164</b> | <b>45,8%</b> | <b>242.871</b> |

Fonte: SEE – Boletim de Acompanhamento de Pessoal  
Elaboração: Dieese – Subseção Apeoesp/Cepes

A evolução do quadro do magistério ao longo do tempo revela que o número de professores PEB II cresceu de 105,7 mil para cerca de 150,8 mil entre 1999 e 2008, enquanto o número de professores PEB I teve uma queda de cerca de 33 mil vagas.

Já o contingente de supervisores, caiu de 1999 e até 2007, e, em 2008 aumentou e chegou à cerca de 21 mil trabalhadores. O número de professores inativos aumentou durante toda a série analisada (Gráfico 9).

**Gráfico 9**  
**Evolução do Quadro do Magistério Total**  
**Estado de São Paulo**  
**1999-2008**



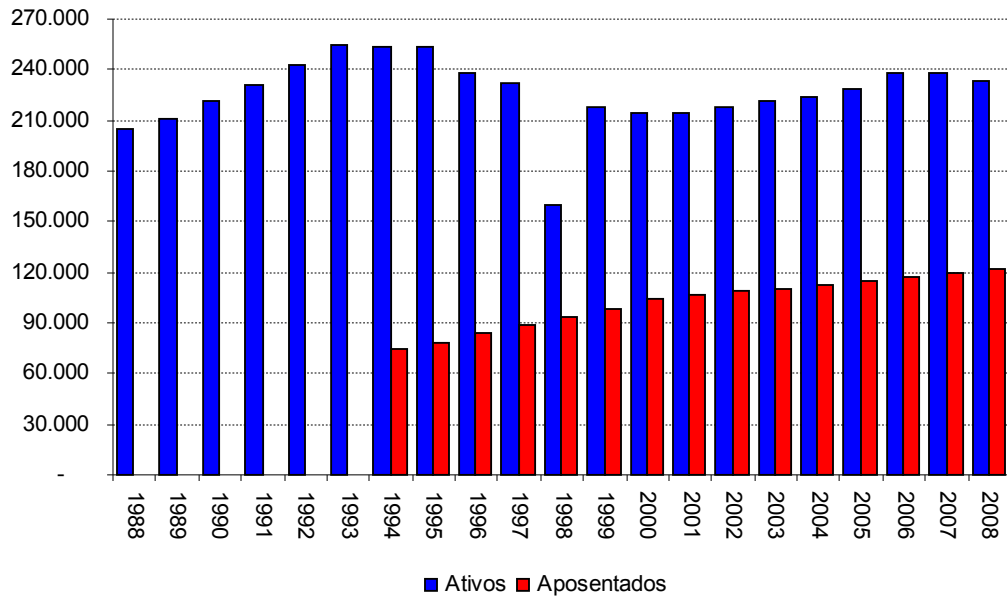
Fonte: SEE – Boletim de Acompanhamento de Pessoal  
 Elaboração: Dieese – Subseção Apeoesp/Cepes

A evolução do quadro do magistério pode também ser vista no gráfico abaixo com dados dos funcionários ativos e aposentados, desde 1988. Em 1993 houve um pico no número de professores, seguida de uma queda consistente até 2000, quebrada apenas pelo ano de 1998, um ponto fora da curva.

O número de professores sobe um pouco até 2006 e 2007, mas não chega ao recorde anterior. Em 2008 o número de professores diminui um pouco em relação a 2007. Também é interessante o crescente número de aposentados, que aparecem a partir de 1994, quando os aposentados passam do fundo federal para o estadual de aposentadoria.

**Gráfico 10**  
**Quadro do Magistério Ativos e Aposentados**  
**Estado de São Paulo**  
**1988-2008**

*(Médias anuais)*



Fonte: SEE – SP Boletim de Acompanhamento de Pessoal  
 Elaboração: DIEESE – Subseção Apoesp/cepes

## 4. Campanha Salarial: Evolução do salário base e perdas salariais acumuladas

Logo após a implantação do atual plano de carreira (LC 836/97), em Março de 1998, até outubro de 2008 a inflação apurada pelo ICV-DIEESE foi de 101,94%. Já o **salário base** da categoria foi reajustado em apenas 60,97%.

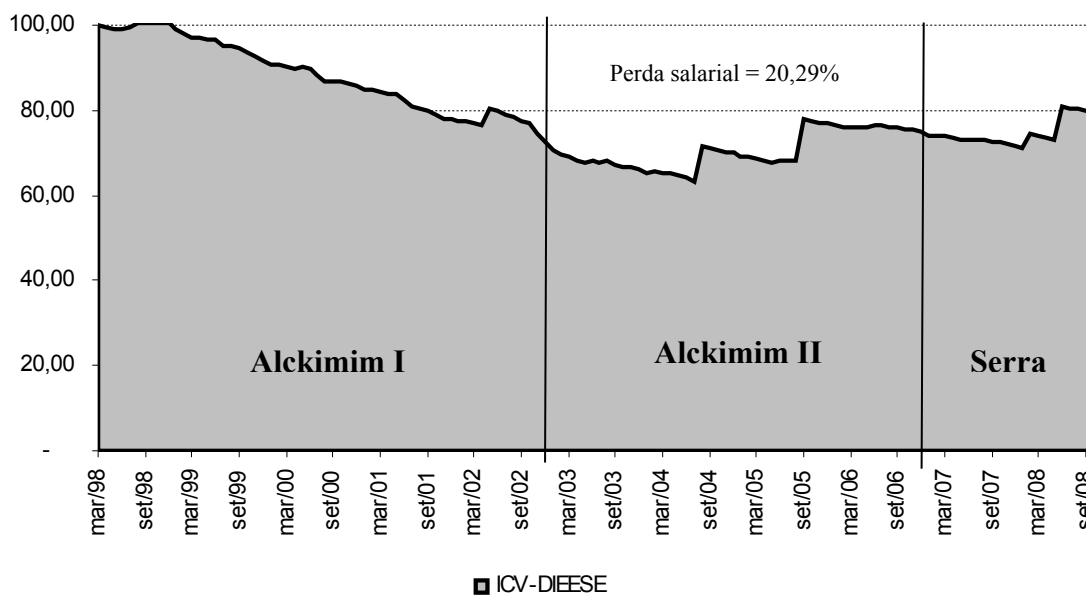
Neste período ocorreram quatro reajustes salariais sobre o salário base na carreira do professor:

- 1) Em maio de 2002, de 5%;
- 2) Em agosto de 2004, de 13,38%;
- 3) Em setembro de 2005, de 15%.
- 4) Em julho de 2008, de 12,2%.

Portanto, para recuperar o poder aquisitivo dos salários fixados em março de 1998, seria necessário um reajuste salarial de 25,46%.

O Gráfico 11, registra qual a evolução do poder de compra do salário dos professores desde Mar/98. Podemos perceber que a perda salarial no período foi de 20,29%, significando que, no mês de outubro de 2008, o salário base da categoria conservava apenas 79,71% do poder de compra de Mar de 1998.

**Gráfico 11**  
**Evolução do Salário Real do Magistério<sup>(1)</sup>**  
**Mar/98 a Out/08**



Fonte: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

(1) Refere-se ao PEB I, 24 horas Nivel I sem incluir as gratificações

## 5. Análise da proposta orçamentária de 2009 para educação

### Introdução

No dia 30 de setembro de 2008 o governo enviou a Assembléia Legislativa de São Paulo a Proposta Orçamentária para o Ano de 2009 (PL. 643 - LOA). A proposta veio

após a aprovação do Plano Plurianual (PPA), uma vez este deve balizar a LOA nos seus quatro anos de vigência.

### Receitas

O governo programou um acréscimo de 17,4% nas receitas do tesouro e de 19,9% na receita total, puxada pelo forte aumento da receita com a administração indireta e de capital. Já as receitas correntes, que representam as receitas com

impostos e contribuições, teram um aumento de 16,6% em relação ao orçado em 2008. É sobre esta que incide as contribuições do FUNDEB e a vinculação de 30% do orçamento para educação.

**Tabela 3**  
**Receita segundo categoria econômica e fonte**  
**Estado de São Paulo**  
**2008-2009**

| Fontes de Receita                        | 2008                  | 2009                   | Varição       |
|--|-----------------------|------------------------|---------------|
| 1 Receita do Tesouro                     | 90.111.386.982        | 105.796.713.000        | 17,41%        |
| 1.1.Receitas Correntes                   | 86.562.396.777        | 100.886.969.179        | 16,55%        |
| 1.2.Receitas de Capital                  | 3.548.990.205         | 4.909.743.821          | 38,34%        |
| 2 Receitas Adm. Indireta                 | 16.027.155.962        | 21.795.200.115         | 35,99%        |
| 3 Receitas intra-orçamentárias correntes | -9.264.698.164        | -11.399.852.600        | 23,05%        |
| <b>RECEITA TOTAL</b>                     | <b>96.873.844.780</b> | <b>116.192.060.515</b> | <b>19,94%</b> |

Fonte: LOA 2007 e PLOA 2008

Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

### Despesas

No item despesa da Secretaria de Estado da educação, o governo está prevendo um aumento de cerca de 10,3% com pessoal e encargos, incremento muito próximo dos 10,9% previstos entre 2007 e 2008. Isso significa que existe, ainda, uma margem boa para concessão de reajustes salariais e/ou contratação de pessoal.

A despesa com investimento deverá aumentar em 1,85%, significativamente menor que os 18,2% previstos entre 2007 e 2008. As outras despesas correntes são aquelas como a maior previsão de crescimento, 31,6%, com destaque para os gastos com ações indenizatórias (103%) e para a

avaliação do sistema educacional (110%).

cerca de R\$ 15 Bilhões, um acréscimo de 15% em relação ao orçado em 2008.

Dessa forma, a despesa total da Secretaria da Educação foi fixada em

**Tabela 4**  
**Orçamento de Despesas do Quadro da Secretaria da Educação**  
**Estado de São Paulo**  
**2007-2009**

| Itens de Despesa          | Loa 2007              | Loa 2008              | Ploa 2009             | Variação      |               |
|---------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|---------------|
|                           |                       |                       |                       | 2007/2008     | 2008/2009     |
| Pessoal e Encargos        | 8.841.078.722         | 9.803.361.395         | 10.816.763.038        | 10,88%        | 10,34%        |
| Outras despesas Correntes | 2.865.998.482         | 3.299.952.653         | 4.342.017.637         | 15,14%        | 31,58%        |
| Investimentos             | 294.692.648           | 348.339.365           | 354.792.898           | 18,20%        | 1,85%         |
| <b>Total</b>              | <b>12.001.769.852</b> | <b>13.451.653.413</b> | <b>15.513.573.573</b> | <b>12,08%</b> | <b>15,33%</b> |

Fonte: LOA 2007 e 2008 e PLOA 2009  
Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

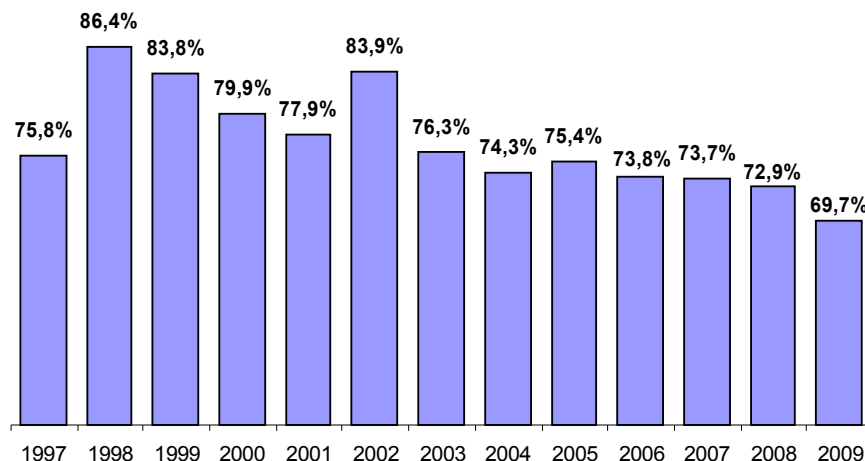
### Gastos com Pessoal

Em relação á participação dos gastos com pessoal no orçamento global da educação, verifica-se que desde de 1999, com exceção de 2002 e 2005, o governo vem deslocando recursos do pagamento de pessoal para outros

gastos, sejam investimentos ou outras despesas correntes.

Em 2009 a programação do governo é de gastar 69,7% dos recursos da educação com pessoal e encargos, em 1998 essa relação era de 86,4%.

**Gráfico 12**  
**Participação dos gastos com pessoal no orçamento da educação**  
**Estado de São Paulo - 1997 a 2009**



Fonte: LOAs 1997 – 2008 e PLOA 2009  
Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes



## Programas

A análise da despesa por programas revela que o governo fez poucas alterações em relação ao orçamento de 2008, com apenas um programa criado - Auxílio alimentação. O programa com maior aumento de verba foi à avaliação do sistema educacional, com acréscimo de mais de R\$ 11 milhões. Ao mesmo tempo o programa Parceria Escola foi o

único que perdeu recursos em relação a 2008, praticamente 13%. O programa com a maior gasto em 2008 era a Gestão institucional e manutenção da educação com R\$ 5 bilhões, na proposta do orçamento para 2009, a maior verba passará a ser Melhoria da qualidade do ensino fundamental com R\$ 5,8 bilhões.

**Tabela 5**  
**Principais Despesas por Programa**  
**Secretaria Estadual de Educação**  
**2008 -2009**

| Programa   | LOA                   | PLOA                  | 2009/08 (Variação)   |               |
|--|-----------------------|-----------------------|----------------------|---------------|
|  | 2008                  | 2009                  | Absoluta (R\$)       | Perc. (%)     |
| 801 Parceria Educacional Estado-Município                          | 201.687.050           | 246.761.212           | 45.074.162           | 22,3%         |
| 802 Alimentação Escolar  | 191.632.280           | 202.380.220           | 10.747.940           | 5,6%          |
| 803 Melhoria da Qualidade de Ensino Fundamental                    | 4.999.021.920         | 5.844.579.286         | 845.557.366          | 16,9%         |
| 804 Melhoria e Expansão do Ensino Médio                            | 2.329.604.011         | 2.769.835.820         | 440.231.809          | 18,9%         |
| 805 Parceria Escola, Comunidade e Sociedade Civil                  | 113.413.873           | 98.803.097            | -14.610.776          | -12,9%        |
| 807 Informatização Escolar   | 96.008.606            | 98.880.638            | 2.872.032            | 3,0%          |
| 808 Formação Continuada de Educadores <sup>(1)</sup> da ed. Básica | 82.834.800            | 90.207.519            | 7.372.719            | 8,9%          |
| 813 Avaliação do Sistema Educacional                               | 10.950.010            | 22.944.866            | 11.994.856           | 109,5%        |
| 814 Expansão, Melhoria e Reforma da Rede Física Escolar            | 288.573.658           | 363.617.474           | 75.043.816           | 26,0%         |
| 815 Gestão Institucional e Manutenção da Educação                  | 5.064.730.683         | 5.551.391.592         | 486.660.909          | 9,6%          |
| 000 Encargos Gerais - Pagto de Ações Indenizatórias                | 378.971               | 769.849               | 390.878              | 103,14%       |
| 4501 Comunicação Social  | 20.000.000            | 27.000.000            | 7.000.000            | 35,0%         |
| 4406 Auxílio Alimentação   | <b>Novo</b>           | 140.000.000           | -                    | -             |
| 4407 Gestão com Tecnologia, Informação e Inovação                  | 52.817.551            | 56.402.000            | 3.584.449            | 6,8%          |
| <b>Total</b>   | <b>13.451.653.413</b> | <b>15.513.573.573</b> | <b>2.061.920.160</b> | <b>15,33%</b> |

Fonte: LOA 2008 e PLOA 2009

Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

## Conclusão

Com os dados divulgados até o momento, verifica-se que o impacto da crise financeira mundial nas negociações salariais no setor público deve ser marginal. Pois mesmo com a desaceleração da economia, a Receita com o ICMS (Principal tributo do Governo Estadual), deverá ter um acréscimo real, em 2008 de cerca de 20%. Mesmo na hipótese de uma depressão mundial, o Estado acumulou nos últimos três anos uma “gordura” expressiva para enfrentar a crise.

Com o aumento dos recursos da folha de pessoal (10,3%) previsto no orçamento de 2009, observa-se que haverá novos espaços para o Estado reajustar o salário base do professorado para além da programação<sup>1</sup>.

É importante observar que existe uma grande margem para o governo diminuir as perdas salariais do magistério, pois as despesas com pessoal seguem bem abaixo do limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

---

<sup>1</sup> O Governo Estadual prevê a incorporação de uma das duas gratificações (GG e GAM) no salário base no próximo ano.

